



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**  
**REQUERIMENTO Nº de 2013**  
**(Do Sr. João Magalhães)**

Solicita sejam convidados o Sr. Presidente da Amil, o Sr. Diretor-Executivo da Fundação Procon/SP e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde – ANS, a comparecer a esta comissão para prestar esclarecimentos respectivos à notícia veiculada na Agência Brasil, de 22 de agosto de 2013, sob título: “Amil: dono bilionário, cliente insatisfeito”.

Senhor Presidente:

Com fulcro no art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, ouvida a Mesa, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Presidente da Amil Assistência Médica Internacional S/A, Sr. Edson Bueno, o Diretor-Executivo da Fundação Procon/SP, Sr. Paulo Arthur Góes, e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde – ANS, André Longo Araújo de Melo, para prestar esclarecimentos respectivos à notícia veiculada na Agência Brasil, de 22 de agosto de 2013, sob título: “Amil: dono bilionário, cliente insatisfeito”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em face das recentes notícias veiculadas pela mídia, que apontam a Amil Assistência Médica Internacional S/A, como a operadora de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

planos de saúde que está no topo da lista das dez que mais receberam reclamações do Procon de São Paulo no primeiro semestre do ano de 2013.

Demora em conseguir a autorização para cirurgias, exames laboratoriais e mesmo a rejeição desses procedimentos estão entre as principais queixas contra a empresa.

Em contrapartida, o fundador da operadora, o empresário Edson Bueno, figura entre os brasileiros mais ricos da Forbes, e tem fortuna estimada em US\$ 2,2 bilhões.

Segundo a Agência Brasil, em reportagem de Marli Moreira, “Passados 15 anos do marco regulatório de setor, com a edição da Lei nº 9.656/98, continuam os sérios problemas de acessos aos serviços médicos assistenciais e de aplicação de elevados índices de reajuste, com especial vulnerabilidade dos consumidores de planos coletivos, que não contam com adequada proteção da legislação e da própria agência, disse o diretor-executivo da Fundação Procon-SP, Paulo Arthur Góes, em nota”.

Diante do exposto, solicito como membro desta comissão e do Parlamento, que se digne realizar a postulada audiência pública, em prol de uma melhor transparência e fiscalização em nosso país.

Sala da Comissão, em 10 de outubro de 2013.

## João Magalhães

Deputado Federal – PMDB/MG  
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação